

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

THALES VARGAS BAPTISTA

**A DIPLOMACIA CULTURAL DOS ESTADOS UNIDOS E DA FRANÇA NA
UNESCO: FUNDAÇÃO E PRIMEIROS ANOS**

PORTO ALEGRE

2016

THALES VARGAS BAPTISTA

**A DIPLOMACIA CULTURAL DOS ESTADOS UNIDOS E DA FRANÇA NA
UNESCO: FUNDAÇÃO E PRIMEIROS ANOS**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de graduação de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador (a): Prof^a Dr^a Sonia Maria Ranincheski

PORTO ALEGRE

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Baptista, Thales Vargas
A diplomacia cultural dos Estados Unidos e da
França na UNESCO: Fundação e Primeiros Anos / Thales
Vargas Baptista. -- 2016.
47 f.

Orientadora: Sonia Maria Ranincheski.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. UNESCO. 2. Diplomacia Cultural. 3. Estados
Unidos. 4. França. 5. Soft Power. I. Ranincheski,
Sonia Maria, orient. II. Título.

THALES VARGAS BAPTISTA

**A DIPLOMACIA CULTURAL DOS ESTADOS UNIDOS E DA FRANÇA NA
UNESCO: FUNDAÇÃO E PRIMEIROS ANOS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, dia 06 de Dezembro de 2016.

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Sonia Maria Ranincheski - Orientadora
UFRGS

Prof^a Dr^a Jacqueline Angélica Hernandez Haffner
UFRGS

Prof^o Dr^o Luiz Augusto Estrella Faria
UFRGS

RESUMO

A fundação e os primeiros anos (1945-1950) da UNESCO foram tumultuados porque o sangrento passado europeu demonstrava a necessidade da criação de um Mundo mais estável e seguro. Esse trabalho analisa o conflito de interesses dos Estados Unidos e da França nesse período por meio da análise de Diplomacia Cultural de cada país, desde seus objetivos isolados ao que foi aplicado na UNESCO. O objetivo desse trabalho é compreender os primórdios da Diplomacia Cultural utilizando o estudo de caso dos Estados Unidos e da França na fundação e nos primeiros anos da UNESCO por meio do debate entre a literatura especializada do tema. São identificados os objetivos dos dois países dentro do Sistema Internacional na literatura especializada, apoiando-se nas Teorias de Relações Internacionais como forma de embasar o trabalho.

Palavras-chaves: UNESCO. Estados Unidos. França. Diplomacia Cultural. Soft Power.

ABSTRACT

UNESCO's creation and its first years (1945-1950) were cautious because of Europe's bloody past has shown the needed of making World's secure and more stable future. This academic graduation working analyse the conflict of interests between United States and France this time through Cultural Diplomacy of each one, since its goals to what has worked in UNESCO. This work aims to explain the beginning of Cultural Diplomacy in the case studyof United States and France in UNESCO's beginning and first years with the debate between its specialized literatures. Their purposes are identified inside of the International System, which are explained with International Relations Theories to be better assisted.

Keywords: UNESCO. United States. France. Cultural Diplomacy. Soft power.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAME	Conferência dos Ministros Aliados pela Educação
CIC	Comitê sobre Cooperação Intelectual
IBE	Burocracia Internacional da Educação
ICSU	Conselho Internacional de Ciência
IIIC	Instituto Internacional pela Cooperação Internacional
ONU	Nações Unidas
OIG	Organização Internacional Governamental
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG (s)	Organização Não-Governamental
SDN	Sociedade das Nações
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	DIPLOMACIA CULTURAL E A UNESCO.....	14
2.1	ESTADOS UNIDOS.....	21
2.2	FRANÇA	30
3	CONCLUSÕES.....	39
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Nesse capítulo, o tema de Teoria das Relações Internacionais acerca das Organizações Internacionais, assim como a definição dela. Após há uma breve discussão sobre a relevância e a importância da UNESCO e da Diplomacia Cultural. Esse último tema têm a sua teoria aplicada à UNESCO discuta também.

Consoante Nassar Barreto (2007) a definição de Organização Internacional no âmbito do Direito Internacional é de que as Organizações Internacionais são entidades formadas por Estados e que são detentoras de personalidade jurídica de Direito Internacional. Essa definição é chave para entender porque a UNESCO mudou a ênfase de seu funcionamento.

Segundo Wendt (1992) as pessoas agem em direção aos objetos, inclusive outros atores, em função do significado que o objetivo tem para eles. Esses atores adquirem identidade e essa é a base para os interesses. Esses interesses são a base do que é o Sistema Internacional porque o que os Estados constroem é o que o Sistema Internacional é. A anarquia é o que os Estados fazem disso, nesse sentido o que os Estados constroem é o que eles vivem.

Conforme Waltz (2002) os Estados possuem uma necessidade básica em meio à anarquia do Sistema Internacional, a de garantir a sua sobrevivência frente aos outros Estados. A confiança nos meios e nos acordos que elas podem gerar é a única forma de sobrevivência à anarquia. Portanto o ordenamento dos Estados é dado pelos meios que elas acumulam, poder, para maiores chances de sobrevivência.

Acerca de poder, nesse trabalho será explorada a dimensão de poder chamada *soft power* de Nye Junior (2004) que é a habilidade de desenhar as preferências dos outros, diferentemente de influência porque essa pode ser adquirida por meio do *hard power* por exemplo pelo constrangimento. Em síntese, é o poder da atração.

Segundo Nye e Keohane (1971) o Estado é um ator que atua racionalmente, no entanto por ser compreendido por uma série de grupos e processos de tomada de decisão. O Estado deve servir aos interesses nacionais e a partir desses ele dá início a novas instituições integradoras, ao passo que o processo de cooperação permanece a questões pontuais. Os autores dão importância aos grupos de

interesses na formação da atuação do Estado como as elites, lobbys e organizações sociais.

Nessa linha argumentativa, Olson (1999) parte do princípio da atuação dos indivíduos de forma racional, transportando a ideia do cálculo custo-benefício para as organizações. Os grupos dentro da organização são importantes porque além deles formarem as pressões para a atuação em alguma direção da organização, os que vão dar a dinâmica do processo decisório da organização são poucos.

Robert W. Cox (1981) argumenta criticamente sobre os conceitos de Relações Internacionais, introduzindo uma perspectiva histórica e dinâmica. As ideias, as instituições e as capacidades materiais se constroem e se impõem pressões, assim como podem resistir a esses movimentos. O conflito entre imagens coletivas rivais evidencia o potencial para alternativas formas de desenvolvimento, levantando questões sobre a possibilidade de uma base material e institucional para a emergência de uma estrutura alternativa.

Ele destaca a discussão sobre a relação das forças sociais, com a forma de Estado e com as ordens mundiais, em que o outro nível se inter-relaciona com esse, mas ambos funcionam da mesma forma isoladamente. (COX, 1981, p. 138)

Ainda sobre as Teorias de Relações Internacionais, Wallerstein (2005) escreve sobre a configuração do Sistema Mundial com base no Sistema Econômico. O Sistema Internacional é formado por países centrais e países periféricos, em função dos fluxos econômicos se concentrarem nos países centrais, os outros países são afastados da esfera de relevância frente aos países centrais.

O nascimento da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no pós-Segunda Guerra Mundial foi o resultado de alguns fatores internacionais, como as próprias Guerras, a Comissão de Cooperação Intelectual (IIIC) de 1921 e o fracasso da Sociedade das Nações (SDN) em criar e organizar um Sistema Internacional que melhor articulasse as propostas dessa Organização Internacional para atingir os seus propósitos ou, ao menos, causasse a sua sobrevivência.

Esses objetivos vinham definidos na Carta das Nações Unidas escritos como contribuir para a Paz e a segurança pela promoção da colaboração entre as nações através da educação, da ciência e da cultura em razão do aprofundamento do respeito universal pela justiça, pelo papel da lei e pelo dos direitos humanos e

liberdades fundamentais que são afirmadas para as pessoas do Mundo, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião (United Nation Educacional, Scientific and Cultural Organization, 1995, p.1).

Segundo UNESCO (1955), ela é criada dentro do arranjo institucional da ONU com uma difícil missão, face aos acontecimentos da criação da ONU, que é manter a paz em longo prazo tendo em vista que somente a partir dos valores que a UNESCO celebra é possível realizar o propósito dela. Ela deixa clara a sua visão de que o desenvolvimento é necessário para a paz:

Las Naciones Unidas son el resultado de esta concepción nueva y constructiva de los medios de mantener la paz. [...] La paz depende de la prosperidad y de la buena voluntad de los hombres. A su vez, éstas dependen de otros factores como el mejoramiento de la alimentación, la salud, el alojamiento, el comercio y la instrucción, así como de una mejor comprensión de la cultura y del modo de vida de los demás pueblos. (UNESCO, 1960, p. 7)

Assim como só isso é uma visão incompleta, passando a demonstrar a importância de outros âmbitos:

Únicamente una paz que se base, no sólo en acuerdos de cooperación política y económica, sino también en la solidaridad intelectual de la humanidad, podrá merecer de todos los pueblos del mundo un apoyo sostenido, sincero y eficaz. (UNESCO, 1960, p. 7)

[...] que a difusão da cultura, a educação da humanidade para a justiça, a liberdade e a paz são [sic] indispensáveis à dignidade do homem e constituem um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com um espírito de auxílio mútuo (BRASIL, 1947, p. 14)

Na constituição da UNESCO, elaborada em 1946, já consta a crítica aos domínios políticos e econômicos, os quais são contrários aos objetivos de paz e humanidade no mundo. Infere-se, portanto, que os ideais da UNESCO já estavam sendo formados em conjunturas anteriores a data de sua criação, na ascensão de movimentos de extrema direita na esteira da Primeira Guerra Mundial e da própria Segunda Guerra que é vista como o poder na mão desses radicalismos pode ser capaz de fazer (BRASIL, 1947, p. 14).

Ainda nos anos iniciais da UNESCO, as divergências e contradições sobre as concepções dela começam a surgir e dificultar os propósitos, agora não tão sólidos e nem mais tão amplos, segundo MAUREL (2005), a impossibilidade de sustentar a

ideia de cultura mundial única, razoavelmente uma ideia eurocêntrica, foi impossível ao passo que nações diferentes com culturas diferentes aderiam ao projeto da UNESCO, portanto ao longo dos anos 1950 houve uma renúncia progressiva desses ideais universalistas, em função da crítica dos países latinos, socialistas e até dos anglo-saxões que queriam discutir mais sobre a ação direta ou indireta, sobre ação intelectual ou de massas e da dispersão das ações da UNESCO.

A esse movimento se soma as contradições entre a retórica e a prática da organização, por exemplo, como haveria sustentação do Sistema Colonial por uma organização que prega os Direitos Universais do Homem, aliás as desigualdades da época se tornavam grandes dificuldades para desafiadas que eram amparadas por sistemas e regimes apoiados pelos construtores da UNESCO, tendo por base o CAME (Conferência dos Ministros Aliados pela Educação).

Ainda conforme Maurel (2005), a UNESCO se esforça para manter um equilíbrio acrobático entre o princípio dos direitos do homem e o respeito ao Sistema Colonial, traduzido em uma atitude de imobilismo, mesmo ouvindo as reivindicações anticolonialistas de variados membros. Apesar de seu caráter ainda extremamente ocidental, face à pequena diversidade de países nos seus primeiros anos, contradizendo a sua própria ideologia nesses primeiros anos de universalismo.

Portanto é necessário fazer novas interpretações acerca desse momento de fundação e primeiros anos da UNESCO, porque vendo somente pelo prisma da organização é possível concluir que há muita ação na UNESCO e não tanto da UNESCO nesse contexto frente as dificuldades que ela teve que lidar. Essas ações de outros atores são necessárias serem debatidas porque elas dão embasamento ao que de fato aconteceu na organização nesse período.

A Diplomacia Cultural surge como um ponto não-ignorável nessa conjuntura porque é uma das chaves para entender o desenvolvimento da diplomacia no mundo naquela época e como se articulou as atividades de países desenvolvidos nas instituições nascentes, sendo o segundo o foco do trabalho. Conforme os trabalhos de Kozymka (2014) a noção clássica de Diplomacia Cultural foi sendo modificada conforme novos desafios na arena internacional, a qual ela entende que a Diplomacia Cultural necessita de algum componente da diplomacia clássica para existir, no entanto entendendo o Mundo globalizado, hoje, entende-se cultura como um campo das relações internacionais tanto quanto uma ferramenta de diplomacia.

Nesse trabalho, será trabalhado como Diplomacia Cultural em sua noção tradicional, visto que o recorte temporal necessita dessa análise, apesar de tratar-se de um período em transição desse tema, o qual a UNESCO tem responsabilidade, em muitos aspectos, a seguinte definição é a mais adequada:

The classical notion of cultural diplomacy entails using culture as a component of traditional diplomacy, and it has been mostly confined to the promotion of one nation's culture abroad to strengthen relations with other nations, to enhance cooperation or to promote national interest. (KOZYMKA, 2014, p. 16)

Nesse contexto de novo Sistema Internacional, a progressiva importância da Diplomacia Cultural expõe as motivações e os objetivos de nações mais desenvolvidas como os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha nos âmbitos institucionais, visto que a inteligência desses Estados, a sua época, demonstrava o crescente valor e poder institucional embasados nas conferências de término e paz da Segunda Guerra Mundial, portanto as fontes de poder internacionais estavam aos poucos mudando, conforme o novo Regime Internacional era desenvolvido pelas nações.

Conforme exposto anteriormente, a formação e os primeiros anos da UNESCO tornaram-se palco para as ações dos Estados após o enfraquecimento dos ideais iniciais, assim como um projeto autônomo da organização, o que aos poucos foi sendo reduzido pela própria natureza dela, intergovernamental, e também pela ação dos Estados que tentaram desenhar temas, focos, importâncias, agenda e etc., nessa linha de pensamento vê-se a necessidade de estudar as ações desses países que, por sua privilegiada posição, assim como um grande desenvolvimento de suas diplomacias e estratégias, puderam desfrutar de novas grandes possibilidades que apareceriam no imediato pós-guerra, no entanto cujas atividades para elas começaram a ser arquitetadas antes desse momento.

A UNESCO é justificada sua importância e validade já na sua natureza, a “alma” das Nações Unidas, por ser a organização responsabilizada pela parte fundamental da humanidade, a educação, a cultura e a ciência, é possível imaginar todas as possibilidades que essas áreas podem oferecer àqueles que poderiam conflitar com os propósitos iniciais da burocracia por detrás da UNESCO a fim de moldar a organização e todos os componentes dela que forem interessantes e/ou

relevantes para os países. Ademais, de acordo com o explicitado sobre o novo Regime Internacional, a fonte de poder na força de uma instituição que representa neutralidade e supranacionalidade torna-se ilimitada na medida em que racionalidades podem se tornar normalizadas pelas instituições nos momentos em diante, portanto a diplomacia cultural justamente atuava no plano físico para conseguir seus objetivos no plano das ideias.

Esse tema, além de envolver diversas áreas de estudo da área de Relações Internacionais e apesar de seu recorte temporal, é, sobretudo, atual e importante para essa área de estudo porque ainda não há uma visão clara em termos de análise e amplamente divulgado e estudado por acadêmicos dessa área as questões relativas a uma mudança de Regime Internacional relacionado aos saltos qualitativos em que atores internacionais bem preparados para as novas mudanças e desafios conseguem extrair ganhos e benefícios irrecuperáveis por outros atores, em que o tempo de atuação é algo crucial para efetivá-los, assim tornando-se benefícios estruturais para o regime vigente, representado de diversas formas ao longo da segunda metade do século XX e mais do que pertinentes no século XXI, por exemplo na normalização de racionalidades, formas de vida, globalização de culturas e etc.. É possível fazer uma analogia com os mais conhecidos Regimes Internacionais de Moeda, em que visões mais críticas sobre os diferentes regimes apontam que os líderes de cada o qual têm ganhos estruturais por terem adquirido benefícios na mudança de regime.

Mas ainda, a problemática cultural que esse trabalho aborda transcende até essa possível analogia porque, na atualidade, é possível perceber que esses benefícios estruturais excederam até o fim do Regime Internacional ao qual eles foram adquiridos, tocando em termos possíveis de serem ditos não mais em benefícios estruturais, mas em benefícios com duração indeterminada, contrariando inclusive o conceito de cultura mais aceito atualmente da própria UNESCO na Declaração Universal da Diversidade Cultural em entendimento na sua dimensão diplomática, conforme sugere Kozymka (2014) para trabalhar com Diplomacia Cultural.

Culture should be regarded as the set of distinctive spiritual, material, intellectual and emotional features of society or a social group, and that it

encompasses, in addition to art and literature, lifestyles, ways of living together, value systems, traditions and beliefs. (UNESCO, 2001, p. 1)

A própria autora e teórica da Diplomacia Cultural que envolve a UNESCO consegue desenvolver uma linha de raciocínio a ser seguido no trabalho de conclusão a partir dessa visão de cultura exposta, ao passo que Kozymka (2014) identifica a UNESCO como o ator chave do campo diplomático cultural, ao passo que o senso tradicional de diplomacia cultural continua a ser praticado na UNESCO, em que as Nações podem atuar e é onde as negociações sobre “interesse público” a nível mundial toma forma. Essas plataformas possibilitam novas formas de atuação dos Estados com suas heranças culturais em um ambiente multilateral.

Portanto, essa pequena discussão de possibilidades a partir do tema escolhido para essa monografia demonstra o valor e a importância atual de colocar novas lentes sobre o passado para interpretar o presente diferentemente. A urgência de simples questões que desencadeiam fenômenos complexos forma a base questionadora desse trabalho que se propõe a perguntar os objetivos dos Estados Unidos e da França nas suas respectivas atuações na fundação e nos primeiros anos da UNESCO.

É necessário salientar os objetivos do referido problema de pesquisa a serem alcançados durante o desenvolvimento e a conclusão. Nos quais, destaca-se o objetivo principal de compreender os primórdios da diplomacia cultural usando o estudo de caso dos Estados Unidos e da França na fundação e nos primeiros anos da UNESCO. Sendo necessário complementá-lo com alguns objetivos específicos que atingidos possibilitam o pesquisador a atingir o principal como um todo; o primeiro identificar, na literatura especializada, os objetivos da atuação diplomática dos Estados Unidos na formação e nos primeiros anos da UNESCO; o segundo, identificar, na literatura especializada, os objetivos da atuação diplomática da França na fundação e nos primeiros anos da UNESCO; o terceiro, identificar as teorias de Relações Internacionais que ajudam a compreender esses objetivos dentro da dinâmica internacional.

2 DIPLOMACIA CULTURAL E A UNESCO

O fenômeno da Diplomacia Cultural é tão antiga quanto as antigas civilizações humanas (ARNDT, 2006, p. 1). Relações culturais são o que tange a contatos com o diferente e/ou desconhecido entre pessoas distintas pode ser considerados contatos entre culturas diferentes objetivando, ao longo do tempo, desenvolver maior compreensão e aproximação, caracterizando as relações culturais internacionais (RIBEIRO, 2011, p. 33).

Admite-se, conforme Ribeiro (2011), que a Diplomacia Cultural é então a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica. Tal afirmativa vai parcialmente de acordo com o estabelecido com Kozymka (2014) que entende que cultura é um campo das Relações Internacionais, assim como uma ferramenta da política externa.

A autora, por acreditar em um conceito mais amplo para o assunto, consegue distinguir diferentes formas de Diplomacia Cultural. Ela pensa que há um senso tradicional que se apoia na definição de Ribeiro, no entanto, ela adiciona, no contexto da UNESCO, que esse senso significa projetar o *soft power* e exibir a riqueza nacional cultural. Por outro lado, no mesmo contexto, é nessa organização que as negociações internacionais sobre assuntos culturais que são considerados interesses públicos internacionais acontecem (KOZYMKA, 2014, p. 9).

A partir disso, é necessário lembrar que a análise de Diplomacia Cultural em um ambiente multilateral, em que essas duas plataformas de política abrem inúmeras possibilidades para os países-membros da UNESCO. Ela conclui, portanto, que a Diplomacia Cultural é usada para a promoção do patrimônio cultural nacional e de expressões contemporâneas, enquanto a Diplomacia da Cultura é praticada para desenhar a estrutura legal internacional no campo da cultura (KOZYMKA, 2014, p. 10).

Ela ainda trabalha a concepção da UNESCO possuir a capacidade de, também, praticar a Diplomacia Cultural, não só entendendo ela como passiva frente às culturas das nações, mas demonstrando a atividade provinda dela. No entanto, por limitações do trabalho, não é possível estudar essa abordagem.

O contexto de formação da UNESCO é um período histórico que deve ser considerado nessa análise porque a partir dele é possível compreender as ações dos Estados na UNESCO. Segundo Iriye (2002), o processo de reconstrução, unificação e reunificação das Nações e fortalecimento delas por meio de políticas chamadas de nacionalistas, deram esse caráter às políticas implementadas pelos mesmos. Nesse processo, houve muitos processos de cooperação ou próximos dessa ideia dentro dos países entre diferentes organizações formadoras das respectivas sociedades com o objetivo de fortalecimento delas.

Apesar do insucesso da Liga das Nações, as suas organizações, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Comitê sobre Cooperação Intelectual (CIC), continuaram ativas nos seus trabalhos, assim como o Instituto Internacional pela Cooperação Internacional (IIIC) (IRIYE, 2002, p. 34).

Na Assembleia da Liga das Nações em Novembro-Dezembro de 1920, admitia-se a necessidade de um corpo técnico de função política considerando a Liga das Nações mais ligada ao sentimento universalista do que a própria organização. Foi também firmado uma resolução para atrair maiores esforços continuados no futuro para a criação de uma organização internacional de trabalho técnico para o trabalho intelectual (VALDERRAMA, 1995, p. 1).

O que culminou na criação do IIIC em 1926 com quadro de funcionários permanentes e de relações próximas a outras organizações dos campos de Educação e Cultura (VALDERRAMA, 1995, p. 4).

Os comitês nacionais para o CIC continuaram seus esforços para manter viva a cooperação internacional, até que no início da década de 1940 já havia sido marcada a quarta reunião em Paris para a concretização da criação de uma organização internacional, cancelada por causa da II Guerra Mundial. O mais importante eram a formação desses comitês, em que eram muito variados, no entanto grandes países possuíam melhor organização, como o exemplo da França com 80 membros, que detinha representações governamentais, no entanto subsidiados pelo governo e pelo setor privado (VALDERRAMA, 1995, p. 18). Esses

comitês nacionais adentraram a UNESCO em 1946 de forma totalmente análoga a esses comitês do CIC (IRIYE, 2002, p. 46).

Segundo Iriye (2002) não é possível dizer que a ideia de cooperação internacional e de uma ordem internacional estável foi destruída nesses anos de guerra, mas permaneceu sendo construída ao longo deles, portanto a UNESCO é um resumo das medidas que o IIIC levou adiante durante esse período. Em suma, o IIIC foi absorvido pela UNESCO na sua criação.

Assim como pontua Valderrama sobre o fim do IIIC e sua continuação na UNESCO:

Once the Second World War (1939–1945) was over, the International Institute of Intellectual Co-operation set about the task of reviewing its depleted and damaged archives and handing over to UNESCO, when the latter was established, the materials that would ensure the continuity of its work.

When UNESCO inherited these materials, the headway it was enabled to make in this international endeavour served as a very sound basis for its initial programme. (VALDERRAMA, 1995, p. 18)

A Conferência dos Ministros Aliados da Educação (CAME) marca o início da UNESCO pelo fim do IIIC oficialmente através dessas conferências em Outubro de 1942, no entanto somente no final de 1943 a ideia da criação de uma organização internacional era geralmente aceita pelos membros, assim como o interesse pelo CAME cresceu e a estruturação de uma organização de fato começou a se dar novamente com a presença dos comitês nacionais. Mas só em Janeiro de 1945, o CAME estabeleceu um comitê para considerar as relações entre a Organização das Nações Unidas (ONU), o IIIC e a Burocracia Internacional da Educação (IBE) (VALDERRAMA, 1995, p. 21).

Segundo Maurel (2010), a influência do CAME na UNESCO é mais profunda do que reuniões de burocratas que construiriam a UNESCO, no entanto participavam dessas reuniões historiadores e outros profissionais que deram as ideias para os programas iniciais da UNESCO, nesse caso ilustrado pela proposta do livro *A História da Humanidade*, dentro de uma perspectiva universalista, positivista e pacifista, inspirados pelas pessoas que construíram a UNESCO no CAME. Portanto, compreender as pessoas que estavam lá, era de fato compreender o porquê a UNESCO era o que era nos seus primeiros anos.

Conforme Valderrama (1995) as reuniões do CAME decidiram a estrutura e o futuro da UNESCO, posteriormente somente foi posto em prática esses planejamentos com a Conferência para o Estabelecimento de uma Agencia Internacional e com a Comissão Preparatória.

Essa comissão preparatória sabia dos riscos que ela corria por ser estruturada a partir das Comissões Nacionais de ser “infectada” e não conseguir realizar as suas finalidades, como por exemplo debates sobre economia e armamentos sobrepusessem os de cultura e educação. A UNESCO foi preparada com servidores civis internacionais livres do interesse nacional e do controle governamental de suas nacionalidades, unidos em apoio ao internacionalismo e com competências técnicas a fim de garantir um desempenho organizacional de sucesso (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 35).

Os diretores gerais e a sua comissão não deveriam receber qualquer tipo de instrução governamental ou de qualquer autoridade fora da organização, objetivando a criação de uma burocracia insulada e de criar uma organização de pessoas conversando com pessoas (HOGGART, 1978¹ apud PRESTON JUNIOR, 1989, p. 35). Essas medidas deveriam garantir um serviço civil internacional, pesquisas imparciais e objetivas e formulações “apartidárias” e trocas em nome do entendimento mútuo. Vendo possíveis conflitos políticos entre as Nações, ela não publicaria nada ofensivo ou que constituísse em engajamento que ferisse a jurisdição interna, sendo essencialmente uma organização conselheira (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 35).

Estudiosos como Maurel (2010), Sluga (2010), Sathyamurthy (1967), Kozymka (2014) e Preston Junior (1989) apontam o fato de que a dinâmica da UNESCO deve ser analisada de acordo com o período do Diretor Geral da organização, porque ele representa o centro dinâmico da organização que irradia para a burocracia da organização. Sluga (2010) e Sathyamurthy (1967) dão destaque à maneira que essa dinâmica interna foi sendo desenvolvida pelos Diretores Gerais. Já os outros demonstram as diferentes interações dos países conforme a dinâmica estabelecida pela organização.

¹ HOGGART, Richard. An idea and its servants: UNESCO from within. New York: Oxford University Press, 1978.

A partir de estabelecida a organização, Sluga (2010) chama esse momento de *debut* do cosmopolitismo, traduzido no que Iriye (2002) chama de Comunidade Global. Esse conceito estrutural da UNESCO era inspirado nas ideias de Julian Huxley, o primeiro Diretor Geral da organização, que tinha como principais influências Thomas Huxley, o seu avô, amigo de Darwin, e seu irmão Aldous Huxley, escritor, ambos também crentes no Evolucionismo como Teoria Social. (HEGEL, Georg W. F., 2015, p. 253)

Segundo Sluga (2010), Huxley demonstrou-se um conservador eugenista em sua trajetória pública e escrita

It was also immanent in a book published a year before *We Europeans*, in which Huxley enthusiastically took up the literary challenge of imagining himself a dictator. In the context of what he described as the genetic decline of Britain, he prescribed as its antidote the eradication of social welfare, a system that, he claimed, provided unnatural support for individuals who would otherwise succumb to the rigorous processes of natural selection. Rehearsing the ideas of other early twentieth-century liberal eugenicists, Huxley proposed promoting the biological reproduction of gifted individuals and discouraging the reproduction of so-called degenerates. He advocated putting to this hypothetical task new technological advances in techniques of artificial insemination, contraception, abortion, and sterilization. (HUXLEY, 1934² apud SLUGA, 2010, p. 402)

His vision of the political relevance of this biological reform was global, to be realized through an internationally enforced "world population policy." (CONNELLY, 2008³ apud SLUGA, 2010, p. 402)

Portanto, segundo Huxley⁴ apud Sluga (2010) a UNESCO facilitaria o acúmulo de conhecimento científico e um facilitador para a emergência de uma única cultura mundial e que unificaria a mente do mundo.

Em 1947 foram estabelecidos o programa da UNESCO que contava com seis linhas principais: Reconstrução, Comunicação, Educação, Trocas Culturais e Artísticas, Relações Humanas e Sociais e Ciências Naturais (VALDERRAMA, 1995, p. 40).

O plano de reconstrução contava com a troca de materiais didáticos e assistência para professores, bibliotecários e profissionais de museus. Já o plano de comunicação tinha a queda de barreiras de informação e de intercâmbios de

² HUXLEY, Julian. **If I were a dictator**. London: Methuen, 1934.

³ CONNELLY, Matthew. **Fatal Misconception**. Cambridge: Harvard, 2008.

⁴ HUXLEY, Julian. **If I were a dictator**. London: Methuen, 1934.

estudantes; sobre a comunicação em massa foram intensificados os esforços para incentivar o fluxo livre de comunicação. Na cultura foi incentivado o estudo antropológico na África e o maior esforço para conservação e catalogação dos museus, o que viria a ser considerado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO (VALDERRAMA, 1995, p. 40-45). Os planos dos anos geralmente, em médio prazo, geralmente incluem novas ações dentro dessas linhas que são importantes serem apontadas porque serão motivo de debate na atuação dos Estados Unidos e da França.

Apesar de que programa da UNESCO deveria refletir o balanço entre os vários campos da organização, com projetos articulados de curto e longo prazo e calculados para influenciar diretamente e imediatamente a paz mundial, assim como lançando embasamento para a paz mundial de forma indireta e de longo prazo. O programa acabou que não teve um impacto grande nas comissões nacionais pela visão de Huxley do que a organização deveria ser, mesmo no contexto de euforia após a Guerra (SATHYAMURTHY, 1967, p. 618).

Huxley representou o mundo que concebeu a ONU, toda a construção dessa organização nesses anos, isto é, a síntese de um projeto imperialista liberal e cultural de um futuro pós-nacional. Nesse sentido, a UNESCO é a representação do potencial e dos limites dessa conjuntura de ideais cosmopolita (SLUGA, 2010, p. 418). Hegel (2015) adiciona que essa abordagem política não colapsou como ideia, mas perdeu força com a saída de Julian Huxley (1946-1948) e pelas forças liberais, comunistas, cristãs e nacionalistas em geral no período pós-Guerra.

Em 1947 foram estabelecidos o programa da UNESCO que contava com seis linhas principais: Reconstrução, Comunicação, Educação, Trocas Culturais e Artísticas, Relações Humanas e Sociais e Ciências Naturais (VALDERRAMA, 1995, p. 40).

O plano de reconstrução contava com a troca de materiais didáticos e assistência para professores, bibliotecários e profissionais de museus. Já o plano de comunicação tinha a queda de barreiras de informação e de intercâmbios de estudantes; sobre a comunicação em massa foram intensificados os esforços para incentivar o fluxo livre de comunicação. Na cultura foi incentivado o estudo antropológico na África e o maior esforço para conservação e catalogação dos museus, o que viria a ser considerado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO

(VALDERRAMA, 1995, p. 40-45). Os planos dos anos geralmente, em médio prazo, geralmente incluem novas ações dentro dessas linhas que são importantes serem apontadas porque serão motivo de debate na atuação dos Estados Unidos e da França.

Sathyamurthy (1967) conclui que a partir da crise do Sistema ONU com a Crise das Coreias a partir na década de 1950, para a UNESCO foi um ponto de inflexão no seu modo de pensar, em que Torres Bodet foi influenciado por esse fenômeno, como Diretor Geral ele deve que adaptar a visão cosmopolita mundial para os padrões nacionalistas, aliás, promoveu o crescimento e o fortalecimento das Comissões Nacionais porque elas eram a base da estrutura da UNESCO. Essa conclusão é, de fato, dinâmica e ela consegue responder à mudança promovida por Bodet da metade para o fim de quando foi Diretor Geral, explicando a crise do ideal de organização de Huxley.

Nesse sentido, é necessário destacar que conforme Olson (1999) uma organização só é lógica entendendo o seu propósito ou objetivo e, que todas as organizações objetivam a promoção dos interesses de seus membros. A partir desse argumento, sabe-se que a UNESCO por ter sido idealizada para servir às pessoas do Mundo e não aos membros da organização, falhou como princípio de sobrevivência, então normalmente ela teria de mudar o seu funcionamento para manter-se viva, ou seja, servir aos interesses dos seus membros.

Muito foram os avisos de perigos, no entanto, as Nações, em geral, respeitaram as regras e isso possibilitou a UNESCO viver acima de suas expectativas porque elas aceitaram reduzir em parte de sua soberania e encontraram interesses nacionais no trabalho da UNESCO e na própria organização. Destaque para a agenda de comunicação que tomou grandes proporções nesses primeiros anos pelo alto impacto dessa agenda na própria trajetória da organização (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 36).

Os capítulos seguintes objetivam descrever, explicar e analisar as ações dos Estados Unidos e da França no mesmo período que esse capítulo foi construído para se ter uma visão mais institucional da UNESCO e mais da Diplomacia Cultural dos países para, portanto, poder concluir em uma análise comparativa das visões, tendo em mente responder a questão proposta pelo trabalho, atingindo os objetivos

propostos por ele a fim de estabelecer uma conclusão adequada e satisfatória para o que aqui foi proposto.

2.1 ESTADOS UNIDOS

Esse segundo capítulo visa descrever e explanar com a presença de análises sobre a Diplomacia Cultural norte-americana aplicada ou não a UNESCO a fim de construir uma discussão com bases em vias de chegar a análises diferentes pelas diversas referências que esse capítulo traz.

A diplomacia norte-americana preparava-se para mudanças em curso, já antes da ideia de Guerras Mundiais pensando no Estado de Paz Mundial dentro da política nacional estadunidense. Através da cooperação científica internacional em instituições capazes de compartilhar conhecimento, instituindo o hábito de cooperação na esperança de solução de problemas comuns era o caminho escolhido pela burocracia, mesmo que esse hábito fosse pelo menos de uma pequena elite educada (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 24).

Entendendo o novo contexto de educação pública massificada, a comunicação em massa do jornalismo e a propaganda massificada – marketing de massas – do início da década de 1920 e 1930, é possível compreender o novo poder da comunicação associado à política daquela época.

Essa burocracia do Estado norte-americano criou o posicionamento favorável e pró-atividade a criação dessas instituições de cooperação, logo tornando realidade essa ideia quando o Comitê da Liga das Nações criou o IIIC (Instituto Internacional de Cooperação Intelectual) em cinco anos a partir de 1921, tendo sido complementado pelo IBE (Burocracia Internacional da Educação) em 1925. A nova existência do ICSU (Conselho Internacional de Ciência) aumentaria ainda mais a cooperação entre cientistas de vários países não oficialmente, enquanto a mídia norte-americana não concordava com esse novo contexto (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 25).

Em 1938 o governo dos Estados Unidos criou a Divisão de Relações Culturais no Departamento de Estado, inicialmente focado na atuação contra as propagandas nazistas e comunistas no Continente Americano articulado com outras instituições de comunicação e educação norte-americanas que faziam parte de um projeto de

Segurança Nacional, também incorporado à diplomacia (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 29).

Nesse contexto, segundo Rosati e Scott (2011), a administração Roosevelt baseou-se em dois pilares básicos para a formação de Política Externa, a Economia e a Segurança Nacional, tendo o primeiro como objetivo a restauração da prosperidade e da estabilidade econômica nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Mundo. O padrão econômico de alta complexidade e ligação com a Europa Ocidental, fazia com que os Estados Unidos fossem obrigados a tomar ações enérgicas, face a uma possível recessão no pós-Guerra. O Sistema Bretton Woods, multilateralismo negocial e sistema de preços e taxas, poderia garantir a posição estratégica Portas Abertas que o país adotaria a partir de então.

O outro grande objetivo geral de Política Externa era o de construir uma nova ordem política internacional que fosse estável e assegurada a segurança dos aliados, tentando realizar a prevenção da insurgência de novas guerras. É pensado o envolvimento vital dos Estados Unidos nesse período pós-guerra, devido ao colapso europeu, com uma estratégia de cooperação multilateral em uma abordagem de esfera de influência com a criação de uma nova Organização Internacional no lugar da Liga das Nações. (ROSATI; SCOTT, 2011, p. 28)

A fim de compreender melhor a Diplomacia Cultural norte-americana, é necessário compreender a trajetória e a importância dentro do Departamento de Estado de Archibald McLeish (Assistente do Departamento de Estado). Ele era a grande resistência da importância dos assuntos culturais dentro do corpo da diplomacia, enfrentando a burocracia corporativa dentro do Departamento de Estado, a ignorância da população sobre os termos de Política Externa e seus custos, o Congresso e a estrutura do Departamento (ARNDT, 2006, 98-102).

Em 1943, as reuniões do CAME estavam ganhando força, no entanto somente a partir da argumentação de Ralph Turner (oficial do Departamento de Estado) sobre a necessidade da participação completa e imediata dos Estados Unidos a fim de promover a democracia e a estabilidade política. Justificando que o isolacionismo era uma estratégia fraca nesse momento porque quanto mais o país não participasse das negociações, mais difícil seria de assegurar modificações na organização ou nos objetivos. Somente em 1944, foi enviada a delegação liderada

por J. William Fullbright e assessorada por Archibald McLeish (WANNER, 2005, p. 7).

Essa comissão teve muita influencia na forma do futuro da UNESCO. O trabalho da comissão iniciou redigindo um documento de sugestões para a criação da UNESCO, enviado para todos os participantes, como um documento oficial do CAME e tornando-se um documento de trabalho do CAME. Esse documento político incluía a base conceitual da organização sugerida pelos Estados Unidos sobre a reconstrução de escolas e a proteção ao patrimônio cultural para a paz e a segurança (WANNER, 2005, p. 8-9).

A visão da delegação no CAME era influenciada por muita consulta com a sociedade civil norte-americana, em particular nove reuniões consultivas, visando a criação de uma organização internacional para o tema educacional e cultural, em 1945. Representantes de revistas, radio e filmes, acadêmicos, comitês de cidadãos de posições políticas distintas demonstraram as suas visões sobre o assunto (WANNER, 2005, p. 12).

A conferência de Londres foi, de fato, uma das mais importantes na construção da UNESCO porque foi organizada em cinco comissões de trabalho: a primeira, sobre o nome, preâmbulo e funções; a segunda, sobre a estrutura geral; a terceira, sobre a definição do papel dos quadros executivos e da Conferência Geral; a quarta, sobre a relação da organização com as Nações Unidas e com as outras agencias especializadas; a quinta, sobre a preparação de uma comissão preparatória para dar sequência à organização até a primeira Conferência Geral. Foi designado os Estados Unidos como presidente da primeira comissão e a França na segunda (WANNER, 2005, p. 16-17).

A constituição foi derivada de uma mistura das propostas britânicas e norte-americanas, tendo sido negociado com a França a sede da organização, assim como com a Grã-Bretanha o primeiro Diretor Geral, no entanto é destaque as propostas norte-americanas, em sua maioria, foram aprovadas pelos outros comitês em uma abordagem de Política Externa concebida pelo Partido Democrático Norte-Americano (GRAHAM, 2006, p. 237).

Essa lenta resposta aos estímulos do CAME, mas depois assertivos, esclarece os conflitos na matriz de política externa norte-americana no período final da Segunda Guerra Mundial, mais do que isso, a tentativa de McLeish de trazer a

cultura para o centro dela. A aproximação de Roosevelt o ajudaram a conseguir alinhar o projeto de política externa convencendo os outros setores do governo e da sociedade, a partir da campanha educacional de longo prazo com o Congresso. Já em 1945, a prioridade maior era convencer a sociedade da sabedoria de participar das Nações Unidas (ARNDT, 2006, p. 102).

Com a morte de Roosevelt, McLeish perdeu grande parte de sua força para permanecer no *front* da ação internacional norte-americana, no entanto ele deixou as bases da Diplomacia Cultural feitas para Truman dar continuidade e aprofundar o que já tinha sido feito. A força dos assuntos culturais dentro do Estado dos Estados Unidos foi demonstrada pelo aumento do investimento nesse setor que teve o escritório de assuntos culturais crescido e incorporado assuntos de bibliotecas e intercâmbios e, ainda, a divisão aproximou-se do setor privado (ARNDT, 2006, p. 103; PRESTON JUNIOR, 1989, p. 75-76).

Os escritos deixados por McLeish formaram a base conceitual da Diplomacia Cultural que foi construída dentro do Estado como um unificador de setores distintos – setor privado de educação, setor privado de comunicação, setor de bibliotecas e acadêmicos e etc. – que pudesse ser incluído dentro do âmbito cultural; sobre o tratamento da informação com o objetivo de educar e ensinar; sobre o poder das relações culturais para melhorar a imagem de uma Nação; e sobre a esperança dos Estados Unidos proteger a cultura ocidental e compartilhar a sua riqueza intelectual com o mundo (ARNDT, 2006, p. 105-108).

A partir do posicionamento de poder dominante no imediato pós-Segunda Guerra (ROSATI; SCOTT, 2011, p. 28), no momento da constituição da UNESCO, os Estados Unidos formularam uma lista de prioridades nacionais a serem desenvolvidas e objetivadas pela diplomacia, sendo que é acreditado que elas tentaram construir o Império Informal de Portas Abertas (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 37).

Essa nova estratégia estadunidense baseava-se em uma matriz liberal de atuação ao passo que se a constituição fosse assim moldada, a organização internacional reproduziria esses conceitos no futuro com legitimidade coletiva dos participantes e com as motivações do conceito de fluxo livre nos entendimentos mútuos (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 37).

Segundo Graham (2006), os Estados Unidos tinham um interesse óbvio em desenhar as relações culturais internacionais, assim que o conflito da Guerra Fria emergiu, a estratégia diplomática norte-americana refletia as mudanças fundamentais de como os seus interesses culturais foram estruturados de acordo com os seus objetivos ideológicos. Conforme o conflito se estruturava e tomava suas proporções, os Estados Unidos preocupavam-se com a fragilidade da neutralidade dos membros da UNESCO perante o conflito. Paulatinamente, assim, os norte-americanos tentaram reverter a abordagem instrumental da UNESCO com os novos assuntos culturais da agenda diplomática dos Estados Unidos.

Segundo o relatório para o Departamento de Estado, o delegado da conferência e Secretário Assistente do Estado William Benton, afirmou que a democracia cultural da nova organização estava no espírito dos objetivos norte-americanos. Ele argumentou que a UNESCO (UNESCO⁵ apud GRAHAM, 2006, p. 239).

can be a major force in the security program of the United States, and in the furtherance of the broad objectives of American foreign policy. . . . Power in today's world is not merely economic power and military might. It also lies in the field of ideas. As older empires lose economic and military power, and as new ones emerge, they are eager to gain strength on this new frontier—the frontier of the mind—where peace and security can be waged. (BENTON, ano⁶ apud GRAHAM, 2006, p. 239)

A Conferência Geral de 1948 em Beirut se tornou o símbolo do instrumentalismo das relações culturais e a ascensão do poder político dos países na UNESCO. George Allen, delegado dos Estados Unidos, resumiu

The growing importance of Unesco and our vital interests in the Organization and its objectives carry with them the obligation to assume a leading role in the proceedings of the Conference. . . . The members of the Delegation should, individually and collectively, take the initiative in supplying information based on the resources and experiences of this country which may be of assistance in promoting the objectives of Unesco. (GRAHAM, 2006, p. 243)

⁵ UNESCO. General conference 1st Session.

⁶ BENTON, William. Report on the first General Conference of UNESCO. **State Department Bulletin.**, v. 2720, p. 20-21, Jan. 1947.

Conforme Preston Junior (1989) é possível analisar a politização da UNESCO pelos Estados Unidos no período da Guerra Fria por três campos temáticos: Informação e Comunicação de Massa, Anticomunismo e Cultura.

O primeiro pilar da política norte-americana representava a iniciativa de defender o fluxo livre de ideias e a comunicação em massa com o objetivo de ser o único modo de fortalecer o entendimento mútuo e de aumentar a solidariedade humana. A comissão de Hutchings de 1946 e a Convenção de Geneva de 1948 sobre a Liberdade de Informação foram obstáculos para a política norte-americana porque a primeira constatou, em estudos feitos sobre a área, de que o tema não deveria ser julgado tão facilmente, face a facilidade de controle da informação pelo setor privado e seus interesses em uma escala mundial, ademais em 1948, o Plano Marshall foi justamente a estruturação dessa política estadunidense como uma de suas áreas de atuação para ajudar a promover a circulação de publicações norte-americanas e de ideias norte-americanas na Europa. Inicialmente, a Conferência foi um sucesso por ter sido um espaço de ressonância das ideias norte-americanas sobre o tema, no entanto elas continham regulações legais e filosofias que eles não poderiam aceitar, assim tendo severas dificuldades de ratificação. Já em 1949, nos debates nas Nações Unidas provaram os poucos aliados no tema à filosofia dos Estados Unidos. Os resultados foram claros de que o livre fluxo só estava indo para os Estados Unidos em que o exemplo mais expressivo é o aumento de telespectadores internacionais superando o mercado doméstico de Hollywood semanalmente (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 48-57).

A propaganda e a prática do livre fluxo de informações que impregnou na concepção de ideias da UNESCO pela intrusão dos Estados Unidos que alijaram um parceiro, igualmente político, a própria UNESCO para propaganda ideológica da Guerra Fria. Ambas táticas funcionaram como interesse da diplomacia norte-americana e ambas queriam informar o mundo sobre o “Modo de Vida Americano” com o objetivo de recrutar aderentes à ideia. Sob a ideia de internacionalismo, a retórica idealista marcada pela vontade de um Mundo melhor mascarou a busca pelo poder. Se esse movimento de propaganda anticomunista fosse aceito pelos indivíduos na época, era necessário concluir que a dificuldade de liberdade e democracia mundial era tanto uma tarefa da UNESCO como um imperativo dos Estados Unidos. Os indivíduos tiveram de acreditar que o entendimento humano só

seria conquistado sob as noções de Liberdade e Democracia, essa conexão sendo atingida pela “verdade” que permaneceu como base para as atividades de informação da UNESCO e dos Estados Unidos. A comunicação em massa e a doutrina do livre-fluxo fariam a operação da UNESCO tecnologicamente efetiva e eticamente suprema, livrando qualquer ônus dos Estados Unidos por ser responsável por Imperialismo Cultural (NINKOVICH, 1981⁷ apud PRESTON JUNIOR, 1989, p. 57-59).

Os princípios universalistas de Huxley e Bodet tornaram-se difíceis de serem sustentados na organização frente ao conflito da Guerra Fria pelas tensões com o bloco ocidental sobre o tema da informação, ao passo que a Crise da Coreia serviria de prova de fogo para as Nações Unidas. A UNESCO tornou-se contra à campanha pela verdade dos Estados Unidos, no entanto relutantemente teve de sair em defesa da Coreia do Sul. A entrada da China na organização e a crescente campanha norte-americana relacionaram com mais força a crença de que a democracia e o comunismo eram inimigos (SEWELL, 1975⁸ apud PRESTON JUNIOR, 1989, p. 58-59) (KARP, 1951⁹ apud PRESTON JUNIOR, 1989, p. 58-59).

O trabalho de incentivo aos programas de comunicação em massa na UNESCO, portanto, começou em 1946, e já, em 1947, detinha um investimento de \$596,765, maior do que os fundos combinados para a reconstrução educacional, cultural e científica; para a educação para o entendimento internacional; intercâmbio de pessoas; ciências naturais e bibliotecas. (GRAHAM, 2006, p. 240)

A partir do exposto sobre o tema informação e comunicação em massa é lógico compreender que ele era a base da construção das ideias anticomunistas seja de uma forma institucionalizada, na UNESCO e seus planos de Educação e Informação, ou de uma forma difusa através da televisão, filmes e programas de intercâmbio. A ação política dos Estados Unidos foi promovida na medida que os países socialistas utilizavam mão da violência em seus objetivos, assimilando a ideia antagônica de democracia e comunismo, mais do que isso, obstruir a voz desses

⁷ NINKOVICH, Frank A. *The diplomacy of ideas: US foreign policy and cultural relations, 1939-1950*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

⁸ SEWELL, James P. *UNESCO and World Politics: Engaging in International Relations*. Princeton: Princeton University Press, 1975.

⁹ KARP, Basil. *The development of the philosophy of UNESCO*. Tese (Doutorado em que?) - Universidade de Chicago, Cidade, 1951.

países também era necessário, não permitir a entrada de Organizações Não-Governamentais (ONGs) na UNESCO e a programa revisão de literatura educacional eram fundamentais para ajustar os fatos (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 60).

A cruzada anticomunista forçou o internacionalismo da UNESCO em um movimento duplo em favor e de desdém. Enquanto estimulando a UNESCO a confessar apoio ao interesse norte-americano, o anticomunismo poderia facilmente retirar o internacionalismo de cena por seu comportamento subversivo e intransigente. O objetivo era confundir a UNESCO e as Nações Unidas entre os dois extremos e assim tendo que tomar as decisões em meio à Crise da Coréia, assim politizando a UNESCO dentro e fora da organização com um pensamento completamente de extremos, o que caracterizou a Guerra Fria (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 60-61).

O campo temático de cultura, incluindo a educação e cooperação técnica, é de mais longo prazo e intangível de saber quais os seus impactos desde então, no entanto é entendível por ter sido o aspecto mais poderoso da estratégia norte-americana porque esse tema era a discussão básica do que é a UNESCO, idealista e serviço internacional civil ou negociativa e com caráter de interesses nacionais (PRESTON JUNIOR, 1989, p. 70-72).

Um exemplo dessa técnica foi a internacionalização das universidades norte-americanas por meio de programas de intercâmbio de discentes e docentes do mundo para os Estados Unidos em programas financiados por universidades privadas (IRIYE, 2000, p. 47). Programas que estão em vigor até a atualidade como o Programa *Fullbright*.

De acordo com Wanner (2005), os programas de prioridade na UNESCO dos Estados Unidos eram a mídia e a comunicação em massa, sendo proposto um Plano Marshall para as Ideias e o incentivo à liberdade de informação e ao fluxo-livre de ideais essencial; o segundo, a cooperação internacional, sendo novamente o fluxo-livre necessário como base desse programa; e o terceiro, a promoção da educação básica com ênfase à educação adulta ou docente com cooperação em programas públicos e privados.

É possível fazer uma breve conclusão a partir do exposto nesse capítulo de que a ação dos Estados Unidos foi primordial para a construção da UNESCO como

ela é conforme os autores estudados aqui, isto é, desde as concepções mais básicas da organização tiveram influência direta estadunidense. Na esteira desse processo de formação, foi necessário para a Diplomacia norte-americana trazer para as pautas de discussões temas pertinentes aos interesses do país, porque assim como disse Kozymka (2014) é o lugar onde as negociações de interesse mundial são feitas, portanto negociar e debater sobre a comunicação em massa dentro da UNESCO era colocar esse assunto a frente da comunidade global e, provavelmente, convencê-los de que a postura estadunidense era a mais correta a ser seguida.

A construção de organização já tinha sido feita conforme os moldes dos países, assim como foi exposto que cada comissão ficou responsável por algum tema na construção da organização, portanto se a UNESCO é concebida a pensar dentro de limites pré-estabelecidos, o que de fato influencia os outros países e a organização, sobretudo limita o horizonte decisório de cada um nas diferentes situações em que lhe são cobrados.

Houve uma construção norte-americana articulada em diferentes eixos dentro da organização que confeririam resultados satisfatórios não só dentro da organização, mas também no contexto de Guerra Fria e que não se sabe qual as circunstâncias que levaram a esse planejamento de política externa para a UNESCO. No entanto, como é proposto por esse trabalho, é necessário demonstrar essa visão de que o que foi feito era parte de propostas pensadas e articuladas umas com as outras, estruturadas com objetivos por pessoas do governo dos Estados Unidos representando àquela Nação.

Nesse sentido, o objetivo de articular as preferências dos outros países no entorno das do Estados Unidos era um objetivo estratégico, calcado no conceito de *soft power* de Nye Junior (2004), dentro do contexto de Guerra Fria. Esse objetivo geral norte-americano como forma de aumentar o seu poder no Regime Internacional foi aplicado com sucesso, sendo resultante na construção do Bloco Capitalista.

No capítulo seguinte, tem-se o mesmo objetivo do trabalho de clarificar a postura da França e perceber como esse país também tinha estruturado ações a serem feitas na UNESCO visando objetivos satisfatórios para a Política Externa do país, mesmo em uma situação de maior desvantagem pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial em que a França teve a maior parte de seu território invadido pelos

nazistas, o que causou graves problemáticas para a gestão do país naquele momento e nos subsequentes, assim como para o planejamento e execução de Política Externa.

2.2 FRANÇA

A diplomacia francesa se reconstruiu sob as táticas nacionalistas de De Gaulle após a invasão nazista na Segunda Guerra Mundial que, de fato, destruiu mais do que a infraestrutura do país, mas a moral e a autoestima francesa. De Gaulle transformou as vantagens comparativas do país em cultura e numa educação francesa mobilizada (ARNDT, 2006, p. 110).

A agenda internacionalista continha esse embasamento nacionalista, em parte pela insistência na expansão do uso da Língua Francesa e em parte pelos intelectuais franceses treinados para deslumbrar e ofuscar. Isso é explicado em razão da humilhação sofrida por um inimigo detestado, a Alemanha nazista, esse ódio justificado pela história das relações entre povos germânicos e a França. Os nazistas que rejeitavam alguns ideais franceses colocaram o poder na mão de uma baixa classe média semiletrada, o que contraria qualquer ideia francesa de elite (ARNDT, 2006, p. 110).

Nesse sentido, De Gaulle apostava em uma estratégia semelhante à adotada pelos Estados Unidos, a política de Portas Abertas, como base de política externa dentro dos limites culturais franceses. A influência intelectual e as relações culturais bilaterais eram a base da política cultural francesa, dentro do discurso de que o desenvolvimento da arte, ciência e filosofia depende do fluxo internacional, o que sem a abertura para as ideias, não seria possível, isto é, em um clima de nacionalismo, os mais valiosos valores de um país não sobreviveriam. Analisando a estratégia nacionalista de De Gaulle, a sustentação da política cultural era um paradoxo com o conjunto de política francesa, no entanto isso era perfeitamente conciliável dentro do imaginário francês (ARNDT, 2006, p. 111).

Kozymka (2014) sustenta que o termo Diplomacia Cultural somente surgiu durante a República de De Gaulle, tendo sua política dividida em duas categorias, defensiva e ofensiva; a primeira é conectada à crença da *exception française*, a qual embasa a exceção do povo francês e a sua cultura, justificando o apoio à cultura em

todas as suas expressões pelo Estado; a segunda é tradicionalmente ligado à noção de missão civilizatória e de *rayonnement culturel* (influência cultural), consistindo em utilizar a cultural como um instrumento de política externa, sendo mais conhecida como *la diplomatie d'influence*.

A derrota na Segunda Guerra Mundial, as derrotas coloniais e a ascensão dos Estados Unidos lideraram uma corrida pelo reestabelecimento da grandiosidade do país, compensando a perda do status de potência. Nesse momento que decidiu-se pelo *rayonnement culturel* como a melhor forma de uma eficiente penetração e influência (KOZYMKA, 2014, p. 54; ARNDT, 2006, p. 110). Os atestados oficiais e as alocações de investimentos relevam esse papel central das relações culturais na Política Externa Francesa (PERDERGAST, 1976, p. 454)

Consoante Pendergast (1976), a importância para a França das relações culturais reflete as oportunidades e as limitações dos recursos franceses e da situação internacional. Internamente, o fundo francês de cultura induzia às relações culturais, e a fraqueza material francesa no pós-Guerra limitou a confiança em alternativas econômicas e militares nos componentes de Política Externa. Externamente, as desintegrações do Império francês requeriam meios substitutos para reter obediência dos colonizados enquanto a preponderância dos Estados Unidos estimulava o nacionalismo cultural francês.

Ainda segundo a autora Kozymka (2014), em 1945, o Ministério de Política Externa criou a Diretoria Geral das Relações Culturais e dos Trabalhos Franceses no Estrangeiro a fim de coordenar a ação externa cultural. Isso atestava que a França tinha uma Política Externa Cultural bem definida antes de ter uma Política Interna Cultural. Essa Política Externa pode ser dividida em uma construção contínua, tendo como pilar básico e necessário, a Promoção da Língua Francesa e através dela os Valores da Cultura Francesa.

A importância da francofonia tem diversas explicações, podendo ser resumidas no objetivo geral de reestabelecimento da França como grande país no Sistema Internacional. As explicações são a construção de um bloco de Língua Francesa, que serviria de repositório valorativo cultural e de transmissores deles; buscar a coesão e preocupações similares entre os 57 Estados para fortalecer posições francesas nas cúpulas multilaterais; a francofonia teria o papel de barrar o crescimento do clube norte-americano; e o desenvolvimento de diversidades

culturais, dentro do escopo da Antropologia (KOZYMKA, 2014, p. 55-56), visto o contexto de divisão da Unesco entre o plano linguístico e cultural de influência anglo-saxônica e de influência francesa (MAUREL, 2008, p. 2)

Segundo Arndt (2006), o incentivo ao crescimento da Língua Francesa tornou-se foco da Política Externa a fim de transmitir os valores franceses, porque o dilema vivido pela França era o da prática diplomática pelo inglês. Considerada, portanto uma ferramenta de poder nacional, o programa teve suas prioridades em focar nas colônias francesas e territórios com mandato, em seguida focaram nas Nações Emergentes da América Latina. Cabe salientar que o principal alvo, o Terceiro Mundo, já no início dos anos 1950, olhava a França como o líder intelectual.

A *assistance et coopération technique* dava nome às atividades de Missões de Paz, ação voluntária em docência e pesquisa para graduandos no lugar de serviço militar. Toda a assistência foi administrada pelo escritório de relações culturais do Ministério das Relações Exteriores da França e nos países pelos Conselheiros Culturais (ARDNT, 2006, p. 112)

Essa estratégia foi sustentada durante a Segunda Guerra, em que Institutos e Universidades francesas em outros países eram financiadas pelo governo francês. Com o avanço da guerra e o engessamento da administração francesa, o setor privado tomou a frente dos investimentos e construíram novos centros em outros países. Conforme retornava a normalidade institucional do país com a desocupação nazista, o governo voltava a exercer o seu papel na Diplomacia Cultural. (ARNDT, 2006, p. 111)

Em função da significativa queda de investimentos para a Política Externa Francesa, os burocratas decidiram seguir o caminho educacional, assim como já postulava De Gaulle, e de que essa estratégia internacional também contemplava o âmbito interno francês. Essa iniciativa contava com a introdução de Conselheiros Culturais nas embaixadas mais estratégicas, incentivando os governos locais a assinarem tratados culturais; os Ministros como o da Educação eram ativos no estrangeiro sob controle do Ministério de Política Externa; a internacionalização das universidades foi incentivada e fortalecida, principalmente nos intercâmbios de jovens estudantes e estudantes de universidades (ARNDT, 2006, p. 111)

A UNESCO tinha relevância para as relações culturais francesas porque uma Organização Internacional no campo das políticas culturais tinha uma potencial

utilidade evidente para as políticas francesas. Nesse sentido a organização era uma como uma “estaca”, a qual a burocracia francesa queria capturar e defini-la de acordo com os seus objetivos de disseminação da cultura nacional. Nesses termos entende-se porque a França se esforçou para prevenir a interferência da UNESCO nos assuntos que podiam colidir com os seus interesses da Diplomacia Francesa. Em suma, a UNESCO providenciou recursos auxiliares para um Estado com um agressivo programa de relações culturais (PENDERGAST, 1976, p. 454).

A analogia de estaca para a UNESCO quer dizer que ela define as regras, as concepções e todo o pano de fundo da organização para a competição política dentro da organização. A França utilizou de esforços desde a concepção da organização para moldá-la como um instrumento da Diplomacia Francesa, envolvendo três dimensões: assegurar a preocupação funcional da organização com as questões culturais e intelectuais contra os esforços dos outros Estados para diversificar as atividades da UNESCO; garantir a posição proeminente da Língua Francesa na organização e assegurar a presença da sede da UNESCO em Paris (PENDERGAST, 1976, p. 454-455).

A primeira dimensão de ação francesa era a orientação da UNESCO que se resumia a alinhá-la como uma organização de cooperação intelectual nos moldes do IIIC que era localizado na França e refletia os interesses franceses. Essa ação pensada antes da criação da UNESCO desenvolveu a imagem tradicional de Universalismo Cultural que impregnou as relações culturais francesas e a administração colonial. O esforço para investir na UNESCO com um elenco intelectual era evidente durante o CAME a fim de definir a estrutura e o caráter dela como uma instituição engajada na clientela internacional intelectual (PENDERGAST, 1976, p. 455) (MAUREL, 2008, p. 2).

Maurel (2008) destaca que os intelectuais franceses, destacado Jacques Maritain, foram colocados na organização a fim de impregnar os valores franceses associados ao espírito do IIIC no período entre guerras, caracterizado por uma concepção clássica, elitista e franco-centrada da cultura.

A exemplificação desse ponto, como já exposto, é a proposta para o nome da organização como Organização da Cooperação Intelectual em oposição à proposta estadunidense como Organização para a Cooperação Educacional e Cultural (PENDERGAST, 1976, p. 455)

Assim como na construção do preâmbulo da carta da UNESCO, enquanto as sugestões da França para definir o caráter da organização baseavam-se em “desenvolvimento da cultura”, “solidariedade universal” e o “aumento dos níveis intelectuais e morais”, os Estados Unidos propunham “paz internacional” e “riqueza”. (PENDERGAST, 1976, p. 455)

As ideias para programas específicos da UNESCO também apresentaram divergências entre os Estados Unidos e a França, seguindo a mesma linha de outros pontos em que a França tenta arrastar o debate da organização para as questões relacionadas à cooperação intelectual e os Estados Unidos para as questões de estabilidade. No entanto, a partir da formação da UNESCO, a França vê a necessidade de desenvolver os programas de cooperação, providenciando incentivos aos intelectuais franceses a se associarem com a organização com projetos relevantes aos interesses intelectuais e profissionais que implicassem na ênfase nas atividades culturais concentradas em pesquisa básica herdadas do IIIC. (PENDERGAST, 1976, p. 456)

Na dimensão de orientação da UNESCO, conclui-se que inicialmente o governo francês assegurou colaboração com a UNESCO pelos intelectuais franceses recorrendo aos interesses próprios deles, à identificação da cultura francesa com prestígio nacional e oposição à hegemonia norte-americana do pós-guerra. Os franceses falharam em preservar a UNESCO como uma organização só de cooperação intelectual. As diferenças com os Estados Unidos e a Grã-Bretanha revelaram as divergências políticas e filosóficas acerca do propósito da organização. (PENDERGAST, 1976, p. 459) Há de se notar, assim como expõe Pendergast, que ao longo do tempo a utilidade da UNESCO como um instrumento de expansão cultural declina, concordando com Akira Iriye (2002).

A segunda dimensão consistia na Língua Francesa, sendo o objetivo básico restaurar a proeminência internacional dela, considerando aspectos de prestígio, de efeitos diplomáticos e de identidade nacional como guias da política. Na UNESCO, as políticas acerca das línguas envolviam basicamente o pressuposto de que elas tinham influência sobre as decisões políticas. Consequentemente, a prioridade do plano quinquenal para as relações culturais era clara no estabelecimento do objetivo sobre a expansão do francês como uma preocupação dominante nas relações culturais (PENDERGAST, 1976, p. 460).

O papel diplomático da Língua Francesa foi reduzido durante a Segunda Guerra Mundial e a ascensão do Inglês e do Espanhol foram definitivos para os representantes franceses na UNESCO da assembleia constituinte a insistirem, com sucesso, no Francês como uma língua oficial e de trabalho. Esses esforços consistiram desde a negação a continuação das reuniões dos comitês sem documentos na Língua Francesa até as sugestões de aprovação institucional na UNESCO do conceito de segunda língua a fim de garantir o reconhecimento mundial do Francês dentro da organização (PENDERGAST, 1976, p. 460).

A França garantiu com sucesso a posição privilegiada dentro da UNESCO em relação às políticas linguísticas, apesar da proliferação de várias línguas de trabalho na organização. O fator de descolonização e a inclusão de vários Estados asiáticos e africanos francófonos no corpo das Nações Unidas fortaleceram a posição francesa no campo cultural, em especial no tema de cooperação (PENDERGAST, 1976, p. 461).

Desde 1947, nos arquivos confidenciais, são criados os termos de clã anglo-saxão e de clã latino como grupos de pressão opostos representados cada um por uma língua. Esses mesmos arquivos revelam a determinação dos diplomatas franceses a resistirem ao clã anglo-saxão, ao imperialismo cultural norte-americano e em assegurar a manutenção do pensamento e da Língua Francesa na UNESCO. É reconhecido a maioria do clã anglo-saxão e, conseqüentemente, o poder de barganha dos Estados Unidos nas negociações. (ARCHIVES DIPLOMATIQUES FRANÇAISES¹⁰ apud MAUREL, 2008; p. 4; GRAHAM, 2006, p. 244)

Jean Basdevant, Diretor de Relações Culturais, remarcou o aumento da ocorrência do Francês nas Nações Unidas, na UNESCO, na Comunidade Europeia e nos Congressos Internacionais (FRANCE'S CULTURAL ACTION THROUGHOUT THE WORLD¹¹ apud PENDERGAST, 1976, p. 461). Os anos iniciais da UNESCO são marcados pela séria rivalidade entre a Língua Inglesa e as concepções culturais anglo-saxãs e a influência francesa no seio da organização (MAUREL, 2008, p. 4)

Como parte dos objetivos franceses atrelados à língua, a terceira dimensão é o estabelecimento da UNESCO em Paris. Um dos objetivos centrais da França na Conferência de Londres, a qual adotou a constituição da UNESCO era localizar a sede dela em Paris e, assim, garantir a proeminência francesa como a capital

¹⁰ ARCHIVES DIPLOMATIQUES FRANÇAISES. Nantes, v. 117, 13-15.

¹¹ FRANCE'S CULTURAL ACTION THROUGHOUT THE WORLD. p. 4.

cultural mundial. A posição francesa era ameaçada pela inatividade do IIIC durante a Guerra, sendo continuado em Havana, Cuba, pelos Estados Latino-americanos, assim Londres surgindo como uma forte alternativa pela proeminência cultural e pelo seu papel durante a Guerra (PENDERGAST, 1976, p. 462).

A primeira posição francesa era mais arriscada na promoção do IIIC em Paris como o secretariado da nova organização, o que daria continuidade às tradições francesas de cooperação intelectual e do papel central francês na seleção de Paris. Essa proposta acabou sendo retirada no acordo final (PENDERGAST, 1976, p. 462) (MAUREL, 2008, p. 2).

Durante a Conferência de Londres de 1945, a França trocou vários aspectos das suas sugestões constitucionais para a UNESCO após o acordo estadunidense sobre Paris. Ainda em agosto de 1945, a França apresentou as suas próprias propostas de constituição como barganha alternativa, tendo as suas propostas sobre a continuação do IIIC na UNESCO retiradas. A França concordou em não apresentar um Diretor Geral. Ela rescindiu demandas para as representações de ONG na Conferência Geral, fez concessões sobre o nome da organização e sobre o sistema de votos na organização (PENDERGAST, 1976, p. 462) (MAUREL, 2008, p. 2).

De fato, houve a passagem de um acordo secreto entre os norte-americanos e os franceses em que a sede da UNESCO seria Paris, sendo que o primeiro Diretor Geral deveria ser um anglo-saxão (ARQUIVOS DIPLOMÁTICOS FRANCESES, 1946¹² apud MAUREL, 2008, p. 3). O candidato norte-americano, Archibald McLeish, foi apoiado pela delegação francesa, no entanto sua desistência de último momento pelos motivos expostos por Ardnt (2006), surge a possibilidade de Julian Huxley.

A França ganhou várias vantagens pelo estabelecimento da UNESCO em Paris. O prestígio da cidade é extensivo como o centro da atividade internacional intelectual. Pesquisadores, representações governamentais e intelectuais convergem para a Conferência Geral bianualmente, diversas ONGs se estabeleceram perto da UNESCO. Frequentes conferências acontecem nas dependências da UNESCO e o retorno econômico é considerável para as autoridades francesas. A França foi bem representada dentro dos rankings do Secretariado e a vantagem de

¹² ARCHIVES DIPLOMATIQUES FRANÇAISES, NUOI, v. 355. 1946.

comunicação pela proximidade permite aos diplomatas franceses maior flexibilidade e influência (PENDERGAST, 1976, p. 463).

O exposto sobre a Diplomacia Cultural da França na UNESCO traz muito a acrescentar na discussão da formação e os primeiros anos da organização, já que o contexto de Segunda Guerra Mundial foi muito mais limitante para a atuação francesa nos órgãos multilaterais do que os Estados Unidos. Sendo assim, o fator limitante foi decisivo para a atuação mais contida e de baixo custo no que tange à margem dos acontecimentos e o que o investimento pesado foi capaz de fazer dentro da organização e a partir dela.

A intencionalidade por trás das ações da França é clara como a principal agenda de Política Externa do país no período pós-Guerra, a de se reconstruir no Sistema Internacional como um grande ator. Visto a perda do status de potência, as relações culturais são vistas como uma saída de baixo custo e de grande profundidade em longo prazo em função da mudança de Regime Internacional.

A hegemonia norte-americana, as organizações multilaterais institucionalizadas, o processo de descolonização e o avanço para um Mundo Multipolar dentro da Bipolaridade clássica da Guerra Fria foram decisivos para as tomadas de decisões francesas de tentar ajustar as institucionalidades às concepções dela, aproveitando as construções existentes e evitando novas construções norte-americanas as quais a França não teria como resistir às negociações e, no caso dessas novas construções acontecerem, a França tentaria ajustar o pano de fundo cultural aos seus valores.

A avaliação das atitudes francesas àquela época é de que existia claramente um projeto de Política Externa calcado na Diplomacia Cultural como seu cerne, os impactos dela, de fato, são conhecidos e dados como objetivos dentro e fora da UNESCO. Assim, sempre de encontro com o teorizado por Kozymka (2014), portanto havia um projeto claro e articulado com suas propostas consoante ao exposto por Arndt (2006), Pendergast (1976) e Maurel (2008).

O existente, portanto, conflito de interesses das duas Nações analisadas é claro e existente, visto que a pauta dos dois é conflitiva porque incluem negociações de soma zero, as quais caracterizam pela definição de onde é colocada a “estaca” para os países. Nelas foram sendo decididas importantes questões que embasaram

o Sistema Internacional e respingam na atualidade de diferentes formas, mas a principal delas, no Regime Internacional em vigência.

A atividade francesa, desde sua origem, é objetiva nos termos de *soft power*. Ela concebeu um plano de Política Externa que objetivava justamente transformar as prioridades e concepções dos países para um modelo francês, o que não pode ser considerado menos do que *soft power*.

A conclusão desse trabalho visa sintetizar o que foi exposto a fim de uma análise comparativa da agenda e dos objetivos da França e dos Estados Unidos, identificando os resultados e o que cada Teoria de Relações Internacionais tem a acrescentar e a ajudar na explicação desse fenômeno aqui estudado com o auxílio da literatura especializada no tema.

3 CONCLUSÕES

A discussão levantada por esse trabalho objetivou reunir na literatura especializada evidências sobre a construção do Regime Internacional do pós-Guerra na figura da UNESCO como uma das mais importantes representações políticas internacional daquele momento. Para tanto, discutimos nos capítulos a construção da matriz da diplomacia cultural da França e dos Estados Unidos, usando como estudo de caso as ações destes países na fundação e nos primeiros anos da UNESCO.

Considerando o exposto nesse trabalho, é possível ver que havia de fato um conflito entre as Nações na construção da UNESCO conforme levantado por Maurel (2008). Um conflito de interesses que indicava a ciência dos dois países sobre a relevância daquele momento da história para o Sistema Internacional no sentido de que seria importante desenvolver novas formas de poder além das tradicionais como poder militar, econômico. Para eles a UNESCO seria uma representação política de um novo Regime Internacional. Em função disso, a literatura utilizada para este trabalho destaca o caráter racional das ações dos dois países e a necessidade de decifrar os objetivos e as ações políticos e econômicos. Em outras palavras, quais seriam os objetivos estratégicos de projeção da França e dos Estados Unidos no Sistema Internacional considerando a sua atuação na UNESCO.

O conjunto das ações norte-americanas na UNESCO foi construída e articulada de forma não prioritária. No entanto, em função do seu posicionamento hegemônico no mundo, essas ações adquiriram um caráter dominante na maioria dos cenários de construção da UNESCO e de suas pautas nos primeiros anos. Isto é, mesmo não priorizando a UNESCO, os Estados Unidos lograram influenciar a Organização.

Alguns objetivos estadunidenses eram claros para os países e suas ações à época como por exemplo, a reconstrução dos países destruídos pela guerra. Outros, no entanto, eram subliminares ou subterrâneos à organização. Isto é, não se percebia tão claramente a utilização da UNESCO como palco e como ferramenta para fomentar valores capitalistas. Estas ações que poderíamos chamar de subterrâneas poderiam estar associadas à parte do contexto de Bipolaridade Internacional (Graham, 2006). Assim, a estratégia norte-americana refletia as

mudanças fundamentais de como os seus interesses culturais foram estruturados de acordo com os seus objetivos ideológicos.

Esses interesses culturais foram construídos em função da posição hegemônica norte-americana que estruturava o sistema de acordo com o seu modelo de sociedade. Assim, no que tange ao *free flow* de propaganda, abria-se espaço às multinacionais de comunicação dentro dos moldes capitalistas, criando uma série de desvantagens internas e externas aos países socialistas. Simultaneamente, a promoção da cultura norte-americana e a promoção de reconstrução educacional tinham como objetivos amenizar e melhorar a imagem norte-americana perante os países. Além disso, elas serviram de apoio a criação de uma visão mais moldada para a influência capitalista, visando o enfraquecimento do bloco socialista.

No entanto dentro da UNESCO, o objetivo era cooptar, para a esfera capitalista, os países não-alinhados. Mesmo isso não sendo prioridade dentro do Departamento de Estado, a trajetória de McLeish discutida neste trabalho explica a construção da visão internacionalista cultural dentro do Departamento de Estado. Os seus sucessores, por sua vez, aprofundaram a perspectiva de McLeish, trabalhando com uma visão mais integrada entre os setores do Departamento de Estado, entendendo os benefícios que possam ser extraídos na parte cultural.

A França, por sua vez, assumiu um papel diferente face aos desafios enfrentados na Segunda Guerra Mundial. A posição de potência decadente no pós-Guerra deveria ser combatida por uma ação conjunta internamente e externamente de baixo custo a fim de reestabelecer a França entre os principais atores internacionais. A proposta cultural era relevante porque contemplava as problemáticas francesas e utilizaria o *soft power* francês como forma de assegurar benefícios no novo Regime.

Portanto, a política externa francesa se concentrou nas relações culturais. Ao contrário dos americanos, os franceses viam o sistema internacional em vários jogos e vários cenários. Assim, a proposta cultural francesa foi articulada também de uma forma ou de outra considerando todos os níveis de ação de sua política externa. Diferentemente dos Estados Unidos que se centravam na Guerra Fria, a França lidava com o início do Período de Descolonização do Terceiro Mundo, com a Balança de Poderes Europeia, com o Clã Latino e com a Hegemonia Norte-

Americana, dentro das circunstâncias possíveis pelas limitações do Ministério de Relações Exteriores Francês.

Entende-se a proposta francesa a partir da expansão da francofonia e do estabelecimento dos valores franceses que de uma forma geral e mundial, o que poderiam melhorar a imagem francesa e aumentaria o seu quórum nas decisões internas à UNESCO. Assim se ambos os países agem para a difusão de valores, isso não significa que os valores eram iguais. Os americanos difundem a sua visão pela abordagem salvacionista, enquanto os franceses se concentram na abordagem pragmática de uma imagem positiva frente ao mundo. Além da disseminação da língua francesa, havia a cooperação técnica e a proposição vitoriosa para Paris como a cidade sede da organização. A tentativa se direcionava para a obtenção de maior margem de manobra para contornar algumas propostas de concorrentes dentro da UNESCO, mas principalmente traduzido nos Estados Unidos.

A fraqueza francesa foi claramente demonstrada na retirada da proposta de continuação do IIIC na UNESCO. Consciente desse contexto, a França parece compreender que as táticas subterrâneas eram mais adequadas a fim de dar continuidade aos seus projetos franceses do IIIC. Com efeito os intelectuais que impregnaram o pensamento francês na UNESCO eram aqueles que já trabalhavam no IIIC.

Uma semelhança de objetivos de ambos os países, como já mostrado anteriormente Nye Junior (2004), trata justamente do *soft power* e está de acordo com a teoria de Diplomacia Cultural na UNESCO teorizado por Kozymka (2014). O poder da atração é o resumo de todos os esforços norte-americanos e franceses, muito mais do que influência e argumentação dos países, eles tentaram por meio da UNESCO expandir seus valores, concepções e modos de vida através da Diplomacia Cultural.

Cada um construiu uma estratégia estruturada por meio de uma abordagem a fim de atrair os atores internacionais para as suas preferências. A França com um objetivo estratégico de ganhar poder em todos os níveis de atuação. Por sua vez, os Estados Unidos com o objetivo estratégico de desenhar as preferências dos países de acordo com os valores capitalistas, sendo uma ação estratégica para o período de Guerra Fria, mas pensada pela rivalidade entre o Sistema Capitalista e o Sistema Socialista.

É claro, portanto, o entendimento destes dois países, no contexto do pós-Guerra, que as regras do Sistema Internacional mudariam com o aparecimento de novos atores e com o processo de institucionalização desses. A partir disso admitindo que os países procuram por sobrevivência e para tanto buscam o aumento de poder como forma de obter tal sobrevivência, é plausível afirmar que a procura novas fontes de poder foi um objetivo dos Estados naquele momento.

Se as regras que estavam sendo construídas para permitir novas fontes de poder a partir do novo *layout* do Sistema Internacional, elas seriam buscadas pelos Estados, encaixados dentro da definição de *soft power*. A UNESCO, sobretudo, é a representação de fontes desse tipo de poder porque ela era um novo ator, institucionalizado capaz de sofrer e fazer ações, portanto como já foi visto, as Nações analisadas tentaram moldar a institucionalização dela à sua maneira, porque elas construíram a organização e são a base de atuação da e na UNESCO.

Para ambos os países, o objetivo de moldar a UNESCO ao seu jeito em sua fundação era mais profundo do que só isso porque controlar uma organização e autonomizá-la com o pensamento semelhante garantiria uma série de benefícios para a Nação que conseguisse deixá-la mais ao seu favor. Esse objetivo era ilustrado pela normalização de tal forma de pensar e agir, pela institucionalização internacional a favor de tal país e pela legitimidade no Regime Internacional, em resumo, a verdadeira transformação de tal ideologia dominante em uma visão isenta de questionamentos. Isso ocorre porque é conferida à ideologia tais atributos por meio da isenção dessas organizações, nesse caso da UNESCO, ao tal país e tal ideologia, porque como foi dito a construção pública dessa organização se deu como um serviço internacional aos cidadãos do Mundo, daí seu caráter de isenção valorativo.

A partir do momento de formação da ONU, é montado o Regime Internacional que vigorou no período de Guerra Fria, no qual as regras dele foram embasadas no Sistema ONU. Portanto, a importância de ganhar os conflitos de interesses nesse momento era de suma importância para garantir os benefícios ao longo do tempo. Esse ponto melhor explicado por Wendt (1992) que explicita a construção do Sistema Internacional pelos Estados, mais explicitamente a ideia de anarquia, mas para essa discussão a ideia dinâmica desse sistema e de sua mudança infere que os Regimes Internacionais também são construídos através desse processo.

Conectando as ideias de balança de poder de Waltz é possível explicar como os Estados Unidos e a França tiveram autonomia para planejar suas ações sobre a UNESCO e de atuação nela, porque eram países com poder físico, apesar da situação francesa, era de conhecimento de todos que ela era um país poderoso fisicamente. Esses dois países brigando por sua sobrevivência tentariam adquirir maiores fontes de poder e, nesse caso, a fonte de poder era a UNESCO, mesmo que sua justificativa resida não tanto na teoria realista.

Através da teoria de Sistema Mundo de Wallerstein (2005) tem-se a possibilidade de ver que os países do centro capitalista convergiram na criação de instituições internacionais no estilo da UNESCO para garantir uma competição menos agressiva, as quais levaram os países às Guerras Mundiais, levando o Sistema Internacional a uma ordem mais estável e mais propícia da exploração capitalista pelo setor privado. Entende-se que os países tiveram acesso a essas instituições justamente por fazerem parte do centro capitalista e a partir disso, conseguiram afastar os países periféricos e socialistas. Esses últimos muito bem explicados pela própria gênese da Guerra Fria, na qual há uma briga de Sistemas Econômicos, o que explica os objetivos norte-americanos principalmente.

A ideia Regimes Internacionais e da evolução deles ao longo do tempo de Cox (1981) juntamente com a ideia liberal da procura por maiores benefícios dentro dos grupos de Olson (1999) dão a dimensão do que é observado a partir das análises desenvolvidas nesse trabalho. A ideia de benefícios permanentes, ou que transacionam os Regimes Internacionais, é originado do caráter político da UNESCO que permitiu moldar o caráter da organização e definir a pauta dela.

Além disso, Olson (1999) também explica no âmbito do agente porque a França e os Estados Unidos deram o andamento da organização porque um pequeno grupo que se torna hegemônico dentro da organização adquire um caráter centralizador para dinamizar o funcionamento da organização, justificando a formação de blocos ou coalizões no entorno dos temas. Essa argumentação também explica como eles foram também os principais construtores da organização.

Esses benefícios adquiridos pela França e pelos Estados Unidos perduram até os dias de hoje, sendo que o Regime Internacional estudado já terminou e, nem por isso, os benefícios adquiridos naquela época deixaram de ser tão verdadeiros na atualidade. Aliás, o reposicionamento da Ordem Internacional e a legitimidade criada

no entorno dessas instituições internacionais foram decisivas para o aumento da força desses benefícios e a própria naturalização deles, uma vez que desaparece a ideia de viver sem essas instituições.

Essa situação é esclarecida pela teoria crítica Cox (1981) que compreende a mudança das forças sociais associada à Revolução das capacidades materiais no contexto analisado pelo trabalho. Elas engendram uma agenda institucional totalmente nova, assim como a criação de muitas outras instituições para dar conta da nova realidade social. Com efeito, as novas forças sociais determinam uma nova ordem mundial e uma nova forma de Estado, nesse caso com instituições internacionais e a personalidade jurídica de Direito Internacional dos Estados perante essas instituições.

Compreende-se que o advento da UNESCO foi uma construção dos países que teve uma gestação alijada pelos interesses daqueles que mais puderam influir na sua construção, assim como na sua fundação. A organização é o resultado dos diferentes esforços que permearam esse momento, no qual o objetivo das Nações analisadas nesse trabalho dentro do Sistema Internacional era o de aumentar o seu poder, mais especificamente aumentar o *soft power* de cada um.

Dentro do que Cox (1981), Wendt (1992) e Nye Junior (2004) complementam-se porque a nova configuração das forças sociais moldou um Estado que não mais deveria ir a Guerra dentro dos seus limites. Elas se combinaram com esse novo estilo de Estado, criando instituições internacionais capazes de mediar os conflitos na Arena Internacional. Ao longo do tempo essas instituições influenciaram os Estados e as forças sociais.

A nova forma de capacidade material de acumular poder era justamente o *soft power* porque a não aprovação das forças sociais pelo *hard power* era o que deu espaço a essa nova forma. Esse ponto das capacidades materiais é justamente o que discutimos aqui nesse trabalho, apontamos que a França e os Estados Unidos tinham maiores capacidades materiais para agir e transformar as instituições juntamente com as forças sociais. Com efeito, essas forças sociais eram mais fortes nas sociedades francesas e norte-americanas, portanto houve uma conjunção das forças transformadoras das instituições.

O que nos leva a concluir que os Estados Unidos e a França tiveram como objetivo das suas respectivas Diplomacias Culturais a ação de transformação da UNESCO, em que os objetivos foram demonstrados nesse trabalho.

Conscientemente ou não, em uma análise estrutural é possível dizer que dentro desse Sistema, essas Nações adquiriram outros benefícios estruturais que foram demonstrados ao longo desse trabalho. Como não é explícito pela literatura especializada que esses benefícios eram parte de objetivos estratégicos desses países, não é possível afirmar que eles faziam parte do projeto de Nação de cada um, no entanto é possível dizer que eles os conseguiram.

Todos esses ganhos de cada país só foram obtidos por cada um por meio da disputa entre eles no momento de fundação e dos primeiros anos da UNESCO, em que cada um tentou moldar a organização ao seu jeito. Quando não foi possível mudar, ambos os países tentaram a prática da impregnação de algum viés, modo de pensar ou de agir por meios legais que possibilitaram ao longo do tempo a definição dos padrões da UNESCO.

REFERÊNCIAS

ARNDT, Richard T. **The first resort of kings: American cultural diplomacy in the twentieth century**. Dulles: Potomac Books, 2006.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Convenção para a criação de uma organização educativa, científica e cultural das Nações Unidas (U.N.E.S.C.O.)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

COX. Robert W. Social forces, States and World orders: Beyond International Relations Theory. **Millenium – Journal of International Studies**, v. 10, n. 126. 1981.

DUEDAHL, Poul. Selling mankind: UNESCO and the invention of Global History, 1945-1976. **Journal of World History**, Hawaii, v. 22, n. 1, 101-133, 2011.

FERNANDES, Jéssica S; LOPES, Dawisson B. Projeção de poder estatal e transnacionalização de interesses: uma análise do comportamento dos Estados Unidos na UNESCO. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, 31-48, jul./dez. 2014.

GRAHAM, S. E. The realpolitik of culture: U.S. cultural diplomacy in UNESCO, 1946-1954. **Diplomatic History**, Oxford, v. 30, n. 2, 231-251, 2006.

HEGEL, Georg W. F. Humanity's new heritage: UNESCO and the rewriting of the world history. **Past and Present**, Oxford, n. 228, Aug. 2015.

IRIYE, Akira. **Global community: the role of international organizations in the contemporary world**. London: University of California Press, 2002.

KOZYMKA, Irene. The diplomacy of culture: the role of UNESCO in sustaining cultural diversity. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

MAUREL, Chloé. L'UNESCO de 1945 à 1974. Thèse de doctorat d'histoire contemporaine. Université Pantheon-Sorbonne. Paris. Juin 2005.

MAUREL, Chloé. Rivalités linguistiques et efforts de promotion du français à l'UNESCO de 1945 à 1970. **Revue**, Marseille, n. 40/41. Décembre 2010.

MAUREL, Chloé. L'histoire de l'humanité de l'UNESCO (1945-2000). **Revue d'Histoire des Sciences Humaine**, Auxerre, n. 22, 161-198, jan./jul. 2010.

NASSAR BARRETO, Renata. As Organizações Internacionais na atualidade. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 37. 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1682>. Acesso em 24 nov. 2016.

NYE JUNIOR, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. Transnational relations and world politics: An introduction. **International Organization**, v. 25, n. 3, 329-349. 1971.

NYE JUNIOR, Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Edusp, 1999.

PENDERGAST, William. UNESCO and french cultural relations 1945-1970. **International Organization**, Madison, v. 30, n. 3, 453-483. 1976.

PRESTON JUNIOR, William. **Hope and folly: the United States and UNESCO, 1945-1985**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

ROSATI, Jerel A. SCOTT, James M. **The politics of United States policy**. Boston: Wadsworth Cengage Learning, 2011.

SATHYAMURTHY, T. V. Twenty years of UNESCO: An interpretation. **International Organization**, Madison, v. 21, n. 3, 614-633. 1967.

SLUGA, Glenda. UNESCO and the (one) world of Julian Huxley. **Journal of World History**. Havaii, v. 21, n. 3, 393-418. 2010.

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Manuales de información sobre la UNESCO**. Qué es la UNESCO? 4. ed. Paris: UNESCO, 1960.

_____. **Comprendre pour agir: L'UNESCO face aux problème d'aujourd'hui et aux défis de demain**. Paris: UNESCO, 1977.

_____. **UNESCO 1945-1995: A fact sheet**. Paris: UNESCO, 1995.

_____. Universal Declaration on Cultural Diversity. 2001.

_____. General Confererence 1st Session, p. 64.

VALDERRAMA, Fernando. **A History of UNESCO**. Paris: UNESCO Publishing, 1995.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de Sistemas-Mundo**. México: Siglo XXI, 2005.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WANNER, Raymond. **The United States and UNESCO: Beginnings (1945) and New Beginnings (2005)**. 2005. Disponível em: <http://www.channelingreality.com/UN/UNESCO/UNESCO_Pre_Founding_History.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2016.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: The social construction of power politics. **International Organization**, Madison, v. 26, n. 2, 391-425. 1992.